

O reconhecimento da Economia Solidária: superação do desemprego e promoção de renda

Carine Aparecida Borsoi (UNICENTRO) carineborsoi@hotmail.com
Elizangela Veis Sponholz (UNICENTRO) liza.sponholz@hotmail.com
Luana Breda Cristiano (UNICENTRO) luanabreda@gmail.com
Maria Beatriz Petroski Bonetti (UNICENTRO) biamar85@msn.com
Solange Ferreira Batista (UNICENTRO) solelaa@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma discussão sobre a temática da economia solidária em uma visão interdisciplinar buscando analisar como essa linha de abordagem da economia vem tomando espaço dentro dos diversos contextos de debate entorno de um movimento que surge com a proposta de buscar alternativas de superação da crise de desemprego e a necessidade de garantia de renda da população além da busca pela responsabilidade social. Em um primeiro momento buscou fazer uma apresentação sobre o conceito de economia solidária e suas dimensões de atuação e, em seguida se fez a menção sobre a utilização das tecnologias sociais que podem ser utilizadas dentro dessa proposta. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica através de materiais científicos e pesquisas relacionadas a temática dando embasamento a discussão, com intuito de buscar uma maior compreensão da economia solidária como uma mudança de paradigma da atual sociedade e de se buscar ampliar as pesquisas acadêmicas nesta área, não só aumentar o interesse pelo tema, como contribuir para acelerar a valorização e inclusão dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) através de uma política pública de economia solidária que venha a ser mais efetiva e de seres humanos dispostos a aderir essa causa em prol de uma sociedade mais solidária e sustentável.

Palavras chave: Economia Solidária, Geração de Renda, Tecnologias Sociais.

The recognition of the Solidarity Economy: overcoming unemployment and promotion of income

Abstract

This article intends to make a discussion about solidarity economy theme in an interdisciplinary perspective for the purpose to examine how this business segment of economy has been gaining ground in different contexts that emerge options to overcoming the unemployment crisis and assurance the income for population. At first a presentation about solidarity economy concept and their aspects are done and then it is made an analysis about the possibility to use the social technologies in this principle. The methodology used will be a literature review, survey in scientific data and research related in this discussion. Beside the fact this research is understand the solidarity economy as a paradigm change's society contrast in an actual model and enable more academics researches in this area, not only to improve the knowhow, but to contribute to raise the recognition and insertion of the solidarity economy entrepreneurship through effective public policy..

Key- words: Solidarity Economy, Income Generation, Social Technologies.

1. Introdução

A proposta deste artigo é fazer uma discussão a respeito da temática da Economia Solidária a partir de uma visão interdisciplinar. Tendo como foco principal analisar questões do papel desempenhado dessa linha na economia de geração de emprego e renda para a população. Partindo do pressuposto na busca de um sistema alternativo ao capitalista de produção, surgiu a seguinte situação problema: Como a Economia Solidária tem contribuído na melhoria da geração de renda e superação do desemprego no contexto atual? Não possuindo uma resposta para essa indagação, o estudo pretende desenvolver argumentos que sejam reflexivos e construtivos. Os Empreendimentos da Economia Solidária vem crescendo nos últimos dentro do âmbito econômico e social segundo Singer (2008) a economia solidária oferece no trabalho uma nova forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e ter outras oportunidades a todos, sem distinção. Trabalhadores que foram excluídos do sistema capitalista passam à economia solidária como sendo a alternativa de renda e inclusão social. Isso está acontecendo, por exemplo, com empreendimentos que falham, entram em crise e os trabalhadores coletivamente os assumem organizados em cooperativas. Esse tipo de mudança representa a passagem da absoluta irresponsabilidade e ignorância em relação ao que ocorria na antiga empresa a uma nova situação, em que eles têm a responsabilidade coletiva pela nova empresa: se ela por algum motivo não ganha, eles também não ganham.

Podendo assim ser perceptível a crescente necessidade de estudos sobre a temática de Economia Solidária. Isso se faz presente nas falas de Santos (2002), ao tratar de: Produzir para Viver – Os Caminhos da Produção Não Capitalista, onde ele apresenta um mapa de alternativas de produção tendo o cooperativismo e a economia solidária como possibilidades de produção solidárias apresentando um modelo de produção alternativo. Pochmann (2004) defende a idéia que a Economia Solidária se deu principalmente pela grande quantidade de mão de obra disponível no mercado, sendo esta uma mão de obra com novidades comparado com o ciclo da industrialização nacional. Essa fase ainda inicial da economia solidária requer uma ampla ação em termos de políticas públicas, como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento.

Esse artigo pretende explorar a temática de economia solidária em seus diversos segmentos e atribuições através de uma revisão bibliográfica sob o ponto de vista de vários autores. Busca-se de uma forma geral apontar qual a importância desse modelo de economia para as possíveis mudanças sociais. No segundo momento o artigo referencia a importância das tecnologias sociais para o desenvolvimento das práticas em Empreendimentos Econômicos Solidários e inclusão social, garantindo a geração de renda a população.

2. Resgate da Economia Solidária

Os ideais e os mecanismos do cooperativismo podem parecer inovadores e extremamente relacionados com as necessidades econômicas atuais, porém esse pensamento é quase tão antigo quanto o próprio capitalismo. Conforme descrevem os autores Rodrigues e Santos (2002), as cooperativas surgiram primeiramente na Inglaterra, em meados de 1826, em oposição ao empobrecimento em massa de camponeses e pequenos produtores transformados em operários das pioneiras fábricas capitalistas. Após a Revolução Industrial as pessoas passaram a deixar o campo e se aglomeraram nos centros urbanos e, nesse processo, o número de trabalhadores era muito superior à quantidade de postos de trabalho. Tal cenário promoveu

o surgimento de diversas manifestações de operários empregados e desempregados, que com o tempo deu origem às organizações de trabalhadores (FRANÇA, 2002). Singer apud Barfknecht et al. (2006) pontua que desde então tanto cooperativas quanto outras formas produtivas vem crescendo exponencialmente em resposta à pobreza e, a partir da década de 1980 tem aumentado as experiências de autogestão. Isso estimula a iniciativa de empreendimentos solidários.

Delgado (2006) discorre como “crise do trabalho na contemporaneidade” as mudanças estruturais no âmbito tecnológico, político e econômico, às quais exigem uma nova postura quanto à relação trabalho e emprego no sistema capitalista. Singer (2003) aponta a fundação da primeira cooperativa de produção, por José Maria Arizmendiarreta, em 1956, na Espanha como um movimento embrionário do solidarismo. O entusiasta comovido com a situação de desemprego e com a difícil condição salarial do país obteve sucesso ao ajudar no estabelecimento de uma montadora de fogões e geladeiras, sob a prática da auto-gestão. Desta feita, no final do século XX, surgiu o conceito de Economia Solidária recuperando a concepção de solidariedade dentro do processo produtivo em oposição à ideia do individualismo competitivo próprio das sociedades capitalistas.

Santos, Conceição e Veira (2015) citam Alcântara (2014, p. 135) para definir Economia Solidária como um conjunto formado por práticas cooperativas, formados por solidarização do capital e com organização autogestionária. Mostrando assim a Economia Solidária sendo de caráter produtivo, prestadora de serviço, de consumo, de habitação ou ramo agropecuário, com ou sem registro formal, podendo então adotar formas como mutirão, associação, cooperativa.

Lisboa (2005) defende o termo de Economia Solidária como um processo resultado de diversas experiências, incluindo variadas formas enquadrando assim a agricultura familiar, as cooperativas, os catadores de recicláveis, economias dos povos indígenas e quilombolas.

Desde a consolidação do conceito de cooperativismo, a Economia Solidária, na última década, procura-se trabalhar com experiências em prol da melhoria social das populações, sendo uma alternativa de geração de renda que reduza as desigualdades e possibilita aos trabalhadores tornarem-se autônomos, independentes. Ela não busca apenas a melhoria do poder aquisitivo, mas sim a ativação econômica dos setores sociais, para que haja efeitos benéficos, sendo um de seus fundamentos essenciais: o vínculo de reciprocidade e a relação de cooperação (GAIGER, 2011).

No Brasil, de acordo com Pinto (2004) a fragilidade econômica, a falta de estrutura fiscal e de políticas públicas sociais torna o mercado de trabalho inconstante, provocando a formação de trabalhos não assalariados, sem nenhum tipo de regulamentação ou cobertura social. Além disso, ainda existe o desemprego que atingem massivamente o hemisfério sul em sua maioria conforme dados apontados por Rodríguez e Santos (2002).

Devido ao alto índice de desemprego, as pessoas acabam se submetendo a trabalhos em quaisquer condições, condições totalmente irregulares podendo ser até mesmo desumanas. Em tentativa de mudar essa situação a Economia Solidária surge com pretensões de preservar e ampliar os direitos sociais, pois para combater a pobreza é necessário, segundo Singer (2004), desenvolver uma economia nas comunidades pobres, onde todos tenham benefícios, pois só há assim novas atividades econômicas.

A crise do capitalismo do mercado para Singer (2004) pode ter um cenário diferente, do desemprego a possibilidade de formação de cooperativas de trabalho, onde ocorre a ajuda mútua com uma renda a cada membro, isso através da Economia Solidária. Um dos problemas enfrentados para a mudança dessa realidade se trata da descrença na capacidade da

classe operária em administrar uma empresa nos moldes da Economia Solidária, esse foi o maior problema enfrentado no Brasil, no final da década de 1990, segundo Santos, Conceição e Vieira (2015). O risco em investir, por exemplo, o valor total da rescisão contratual, em algo novo, instável faz com que as associações cooperativistas gerem uma certa incerteza. O fato de não haver uma linha de crédito específica, destinada para este tipo de empreendimento, muito menos um modelo bancário, obriga a forçar as cooperativas a optar por uma gestão num modelo capitalista.

A economia solidária, oriunda do cooperativismo, conforme afirma Rodríguez e Santos (2002), não faz frente ao setor capitalista da economia global, mas vem se renovando, se transformando, e nos últimos anos despertando interesse de organizações e até mesmo governos, que diante das crises e insucessos da economia mundial buscam nas organizações econômicas solidárias e em seus ideais, para direcionar seus planejamentos. Pode-se observar que tal interesse se prolifera tanto em países centrais, onde as teorias e os estudos sobre as experiências bem-sucedidas de trabalho e produção de renda solidários e o pensamento associativismo se multiplicam. Na mesma medida, observa-se também tal interesse nas comunidades periféricas, onde, associado ao “desenvolvimento alternativo”, busca-se meios para transformar e melhorar a economia local.

Um dos objetivos principais da Economia Solidária é estar no mercado sem a pretensão do maior lucro, porém, não se exclui a preocupação da rentabilidade econômica, mas, procura visar o respeito aos valores éticos e humanísticos. Lisboa (2005) justifica que a obtenção do lucro é submetida a limites, pois quando um empreendimento abre mão da maximização dos seus lucros para uma ação que vise cuidados com o meio ambiente ou ação social ela estará dentro da Economia Solidária.

Segundo França Filho (2007) o entendimento da origem peculiar da Economia Solidária pressupõe novas concepções sobre a economia, mercado de trabalho e comércio. Para Lisboa (2005), o diferencial da Economia Solidária é a idéia de “solidariedade”, visando que a economia não é o fim supremo, deve haver a qualidade de vida das pessoas que nela atuam. Diferente do que ocorre nas empresas capitalistas, onde a busca pelo lucro máximo é o objetivo.

3. Economia Solidária um sistema alternativo ao Capitalista

Frente a exclusão capitalista, a associação de pessoas e propriedades como alternativa econômica, que não é nem de longe uma ideia inovadora, conforme cita Rodríguez e Santos (2002), apresenta duas verdades que pode se dizer indivisíveis, que são princípios de cooperação e reciprocidade, trabalhando contra os preceitos capitalistas de produção e comercialização, bem como na divergência ao Estado de poder centralizador. No capitalismo há a prevalência da competição, sendo os trabalhadores limitados a recompensas financeiras, necessitando trabalhar em ritmo acelerado e com precariedade nas trocas sociais (BARFKNECHT, 2006). A prática cooperativista deve basear-se na solidariedade, na divisão igualitária de direitos e deveres, lutando pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade (LECHAT, 2002).

Em janeiro de 2001, durante o primeiro Fórum Social Mundial (FSM) na cidade de Porto Alegre, no decorrer do Grupo de Trabalho (GT): “Economia solidária e autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda”, contou com uma ampla gama de discussões possibilitando um primeiro contato entre os diferentes atores espalhados pelo Brasil. Na reunião do ano seguinte as primeiras idéias para a criação de um organismo nacional surgem para se consolidarem na ocasião do terceiro evento, em 2003 foi fundado oficialmente o

Fórum Brasileiro da Economia Solidária, passo considerado importantíssimo e essencial na luta da Economia Solidária (Portal/ MTE).

Após esse fórum houve a expansão da economia solidária e, surge então no Brasil a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) que está vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pela difusão e fortalecimento da economia solidária no Brasil (LISBOA, 2005). O autor aponta que a Economia Solidária tem por finalidade o melhoria de vida da população, melhorando assim consequentemente a questão social deste povo. Essa expansão foi facilitada em função do apoio de instituições e entidades a iniciativas associativas comunitárias e, também pela e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e Economia Solidária.

Busca-se então na concepção da Economia Solidária, ampliar o tempo livre através da redistribuição do trabalho entre a população, devendo assim desvincular trabalho de renda. Apesar do seu amplo desenvolvimento 1990, é na década seguinte que a Economia Solidária começa a se organizar como um movimento em si, a partir da mobilização de mediadores e agentes através de organismos de representação criadas nas três primeiras edições do Fórum Social Mundial.

O empreendimento solidário não fica preso à lógica capitalista, pois tem como princípio que o suficiente lhe basta, seguindo o princípio de Gandhi, que afirmava que “há no mundo o bastante para todos, mas não para a ganância de poucos” (Lisboa, 2005, p.110). Porém, o autor acrescenta que, para que uma Economia Solidária possa ser consolidada é necessária a constituição de novos estilos de vida, ocorrendo uma reestruturação da ambição humana.

No trabalho de Tauile e Rodrigues (2004) sobre “Economia Solidária e Autogestão: a Criação e Recriação de Trabalho e Renda” apresentam a ideia de política social e autogestão, defendendo assim geração e direito ao trabalho para que todas as pessoas tenham a possibilidade de se autossustentar. As novas demandas para o mundo do trabalho e consequentemente seus gestores fazem com que a tecnologia avançada acabe aumentando a fila por procura de um novo emprego. Para a resolução desta problemática que se torna cada vez mais crescente é necessário soluções que sejam criativas, imediatas e eficazes. Os empreendimentos cooperativos proporcionam o trabalho associado, resgatando suas origens, acrescentando recursos, distribuindo igualmente os recursos obtidos com as vendas ou trocas, gerindo de modo compartilhado (PINTO, 2004).

Esse espírito cooperativo possibilita tanto ganhos socializados quanto que as perdas sejam assumidas coletivamente. Pois as práticas distributivas envolvem não somente os rendimentos financeiros, como também a demanda de trabalho. Incentivam a troca e a participação de todos, entretanto, segundo Gaiger (2011), se depara com dificuldades como a falta de recursos, o que limita o desenvolvimento.

Porém o desenvolvimento sustentável de iniciativas de Economia Solidária depende, segundo Kraychete (2006), de “transformações políticas, econômicas, culturais”, sociais, estruturais, entre outras. Ou seja, não são apenas questões econômicas que influenciam no sucesso das iniciativas de economia solidária, prevê-se a necessidade de ações políticas envolvidas com as iniciativas e com necessidade de promover uma transformação social. Não serão ações isoladas, pontuais, ou mesmo caridade que terão o poder de implantar os direitos da sociedade como principais reguladores da economia.

Tauile e Rodrigues (2004) defendem a ideia que a Economia Solidária surge juntamente com a autogestão de empreendimentos e que essa ideia é o possível passo para de fato ocorrer a Economia Solidária falada. Isso se trata de cooperativas urbanas que combinem a sociedade

civil e as políticas públicas progressistas. Acrescentam que a autogestão é oposta às práticas paternalistas e assistencialistas, estando mais associada a uma participação ativa social, porém devem-se criar condições para que ela seja implantada.

Gaiger (2001) fez uma revisão de estudos empíricos e exploração de dados coletados através do Mapeamento Nacional da Economia Solidária realizado entre 2005 e 2007 e já nessa época foram identificados benefícios relacionados à desigualdade, pois na consolidação dos empreendimentos solidários como sociedades voluntárias, as pessoas possuem disponibilidade para se identificar com o outro, reconhecendo os direitos de maneira igualitária, tanto em trabalho, quanto em renda. Ainda nesse mapeamento, o autor encontrou que 20% das empresas solidárias eram cooperativas, 79% registravam-se como associações, de forma que o foco das atividades econômicas dessas empresas tivessem finalidades sociais.

Os motivadores para a formação de empreendimentos solidários envolvem a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo, uma fonte complementar de renda, alternativa frente ao desemprego e a possibilidade de desenvolver uma atividade onde todos sejam donos. Diferente das empresas onde o poder é centralizado, nos empreendimentos solidários há o compartilhamento decisório. Dessa forma, nos empreendimentos de economia solidária o número de sócios é maior do que o de trabalhadores. Possibilita agregar novas pessoas e favorecer a sua participação coletiva na direção, evitando dessa forma ações individuais (GAIRGER, 2001).

O requisito principal para um projeto de Economia Solidária é o conhecimento que seus integrantes devem ter da atividade que desenvolvem ou tem a pretensão de desenvolver, conforme Kraychete (2006). Sendo assim, o conhecimento é fundamental para o avanço econômico e social destas organizações, pois possuem uma dinâmica particular, não tem modelos prontos a seguir, são distintas variando de acordo com a comunidade.

Para realizar a implementação da economia solidária é essencial uma ação de forma integradora e complementar priorizando a participação e o controle social. Praxedes (2009) destaca alguns pontos de conquistas e desafios que descrevem a construção da política pública em prol da economia solidária. Entre estes pontos pode-se destacar a dificuldade na criação de maneiras eficientes dos repasses de recursos para os municípios, onde os mesmos sejam para que haja investimento em longo prazo e não que seja apenas momentâneo.

Afinal, a Economia Solidária é vista como solução temporária ao capitalismo, Santos, Conceição e Vieira (2015), acreditam que desta maneira, o empreendimento ocorreria somente em épocas de crise, finalizando na sequência. Se por um lado pessoas adentram ao empreendimento solidário como forma de renda quando dispõe de outros recursos e devido a baixa rentabilidade econômica das atividades produtivas, retornam ao mercado formal ou informal, por outro, a solidariedade possibilitada por essa perspectiva, estabelece a participação das pessoas. Deste modo, apesar da Economia Solidária ter se destacado nos últimos anos ainda precisa do auxílio do poder público para implementação de novos projetos.

Na prática de autogestão, em que se baseia a Economia Solidária, as decisões são coletivas, experiência de seus associados, tende a contribuir com o crescimento da empresa e dos cooperados. Por entender essas práticas aproximam o coletivo, visto que todos os trabalhadores participam da definição das metas e do plano de trabalho para depois por tudo em prática. Santos, Conceição e Vieira (2015) defendem que além de ser economicamente viável, quando se refere a ampliação da renda, favorece o desenvolvimento não somente da comunidade, também traz benefícios individuais relacionados a autoestima.

Na perspectiva da autogestão o diálogo é valorizado, podendo existir uma discussão aberta e sem coação ou constrangimento, possibilitando a troca de saberes e dando confiança para as pessoas atuarem no cotidiano do empreendimento (Lechat e Barcelos, 2008).

Outro importante fator da Economia Solidária é o papel que as mulheres desempenham nestas iniciativas. Santos, Conceição e Vieira (2015) acreditam que significa para muitas mulheres uma oportunidade de ser economicamente independente e de consolidar como figura ativa em sua comunidade. Sem falar que no mercado regular de trabalho, diferentemente do que ocorre na economia solidária, apesar do aumento do número de mulheres, ainda é possível observar que a remuneração é inferior. A Economia Solidária valoriza a capacidade e o desenvolvimento de todo ser humano, independente do gênero.

Com o avanço desenfreado do sistema capitalista de produção e da cultura de consumo da população surge movimentos em torno do debate da Economia Socialista Ecológica em contraponto a essa forma de produzir. Mueller apud Souza e Teixeira (2007) destaca que a economia ecológica busca apresentar inovações significativas na forma de abordar as interações do homem com o meio ambiente, buscando alternativas de garantia da sustentabilidade da vida e propondo estratégias que minimizem os graves impactos negativos ambientais e garantam a sustentabilidade da vida.

Schumacher apud Souza e Teixeira (2007) traz críticas severas ao processo de globalização, ao afirmar que este vem causando um desarranjo de estruturas produtivas locais. No seu ponto de vista, o caminho mais lógico para organizar o processo produtivo seria em pequenas unidades, utilizando recursos disponíveis no local, tanto recursos naturais, como mão de obra. Isso geraria benefícios às economias locais, em sua concepção, para o autor a economia ecológica e a Economia Solidária apesar de serem recentes no pensamento econômico, retratam pontos em comum como a preocupação com a sustentabilidade ambiental nas atividades econômicas e isso tem impulsionado diversas pesquisas empíricas e teóricas utilizando essas duas áreas da ciência econômica.

A tecnologia social surge com extrema importância, pois a inovação é o aliado para a continuação da economia solidária no empreendimento. Essas tecnologias veem sendo necessárias e pode ser trabalhada, por exemplo, na forma de educação, aproximando os trabalhadores do conhecimento científico onde serão apresentados os instrumentos para mudança da realidade tornando o desenvolvimento exitoso. Neste processo, durante a educação, os trabalhadores terão o acesso aos processos básicos de gestão tornando o risco de fracasso menor (Praxedes, 2009). Essa conjuntura abre portas para profundas discussões e, com maior amadurecimento crítico e diante das novas possibilidades tecnológicas, a semente da solidariedade ora adormecida, emerge e trabalhadores de todo o mundo, movimentos sociais, estudantes, técnicos e cientistas se unem para construir uma nova alternativa para o trabalho, uma nova economia, a Economia Solidária.

A esta nova economia, vislumbra-se um novo mundo de relações trabalhistas, respaldado pela democracia, autogestão, cooperação, integração, sustentabilidade, enfim pelo trabalho digno, livre e solidário. Para Silva (2014) aponta que os desafios impostos à implantação da Economia Solidária está na superação de uma cultura individualista; e a necessidade de políticas públicas adequadas ao movimento, que não só apoie e o ajude a desenvolver-se, porém que venha proporcionar condições objetivas para a execução de sua dinâmica econômica, e isso é um desafio suplantados para o fortalecimento no Brasil.

4. Considerações Finais

Diante da abordagem do tema Economia Solidária se observou a necessidade de aprofundar os estudos sobre essa temática para compreender todos os fatores e motivos que regem essa nova forma de organização social, bem como seus princípios, entre eles autogestão, solidariedade, cooperação, autonomia, preservação dos recursos naturais, conscientização e outros citados por diversos autores. A questão chave que precisa se pensar é que o desafio é grande na sua implantação, pois vai de encontro a um sistema de produção dominante e que vai de encontro oposto a esses princípios que seriam o ideal de uma sociedade aonde todos teriam o direito a renda e qualidade de vida.

A Economia Solidária se torna a saída para as sociedades sem incentivo de políticas públicas. Geralmente essas sociedades são carentes de renda, o que torna alto a importância do apoio por parte político-institucional para o desenvolvimento desses empreendimentos, tanto no âmbito da esfera de crédito como educacional, ou seja, as bases de fomento para economia solidária se fortalecer. A Economia Solidária seria o ideal de uma sociedade para que todos os seus sujeitos possam ter os direitos garantidos; com isso observa se que o desafio é ainda maior no sentido ideológico aonde que Singer (2003) aponta que se faz necessário além de investimentos em tecnologias sociais através de políticas públicas o ganho de consciência transformadora dos sujeitos e, que segundo o autor só se daria com a inserção dos seus membros na luta de classes como fazem os movimentos sociais. Os exemplos já existem em diversos segmentos o que precisa é a dissipação das idéias e o apoio de políticas voltadas as iniciativas solidárias.

O que se faz necessário diante da proposta solidária é o resgate da autonomia e da valorização da pessoa humana. Visto que ainda precisa ser estudada mais a fundo e observa se que esse tema da Economia Solidária possui diretrizes capazes de nortear a elaboração de propostas de mudança dos desarranjos e de injustiça social em uma sociedade e que serviriam de base para as mudanças necessárias.

Referências

BARFKNECHT, K. S.; MERLO, Á. R. C.; NARDI, H. C. *Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre.* Psicol. Soc., Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822006000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07/06/2016.

FILHO, G. C. F. *Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais.* Ano: 2002, Refice. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2002-63.pdf>. Acesso em 08/06/2016.

GAIGER, L. I. G. *A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades.* Salvador, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07/06/2016.

KRAYCHETE, G. *Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social.* Economia dos setores populares, 2006. Disponível em:

<http://www.workerscontrol.net/es/system/files/docs/economia%20setores%20populares.pdf#page=33>. Acesso em 09/06/2016.

LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. S. *Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários*. Rev. katálysis, Florianópolis, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07/06/2016.

LECHAT, N. M. P. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. ECONOMIA SOLIDÁRIA VOLUME, v. 4, 2002.

LISBOA, A.M. *Economia Solidária e Autogestão: Imprecisões e Limites*. RAE-Revista de Administração de Empresas, 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/37266/36031>. Acesso em 14/06/2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *As Origens recentes da Economia Solidária no Brasil*. Disponível em : <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm> . Acesso em: 29/06/2016.

PINTO, J. R. L. *Economia solidária: um elogio à associação em tempos de crise*. IUPERJ–Rio de Janeiro, Ano: 2004. Disponível em: <http://www.workerscontrol.net/es/system/files/docs/economia%20setores%20populares.pdf#page=33>. Acesso em 15/06/2016.

POCHMANN, M. *Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites*. 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5249/1/bmt_n.24_economiasoli.pdf. Acesso em 25/09/2016.

PRAXEDES, S. F. *Políticas públicas de Economia Solidária: Novas Práticas, Novas Metodologias*. Ano: 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4069/1/bmt39_08_ES3Sandra.pdf. Acesso em 14/06/2016.

RODRÍGUEZ, C.; SANTOS, B. S. *À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia*. Ano: 2002. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/rescatar.html>. Acesso em 13/06/2016.

SANTOS, M. J.; CONCEIÇÃO, A. A. B.; VIEIRA, E. T. *Economia solidária: Alternativa para o Desenvolvimento Regional e a Inclusão Produtiva*. Anais-Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Rio Grande do Sul 2015. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13352/2518>. Acesso em 15/06/2016.

SANTOS, B. S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v. 3, 2002. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33176109/boaventura_de_souza_santos_-_produzir_para_viver.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1475099762&Signature=IkDnWX9%2B1iEa2SKQD3YS6nmbRXE%3D&response-content-

disposition=inline%3B%20filename%3DBoaventura_de_souza_santos_-_produzir_pa.pdf.
Acesso em 25/09/2016.

SCHWENGBER, A. *Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores.* Disponível em: file:///C:/Users/UFT/NUDER/NUDER/ECONOMIA_SOLIDARIA/TRABALHOS/CURSOS/MODULO_I/leitura%20complementar/conf_rede.pdf. Acesso em 29/06/2016.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária.* Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, Ano: 2002

SINGER, P. *Economia solidária.* Estud. av. [online]. 2008, vol.22, n.62, pp.289-314. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020>. Acesso em 28/09/2016.

SINGER, P. *A Economia Solidária no Governo Federal.* Ano: 2004, disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5246/1/bmt_n.24_economia.pdf. Acesso em 07/06/2016.

SOUZA, L. B.; TEIXEIRA, R. F. *Economia ecológica, economia solidária e o pensamento econômico de E. F.* Curitiba, Ano: 2014. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/download/8/8>. Acesso em 20/06/2016.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. *Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda.* Ano: 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5250/1/bmt_n.24_economiasolidaria.pdf. Acesso em 14/06/2016.